



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA



Fevereiro/2015

Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor Fiscal da Fazenda Estadual

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-004

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(P2)

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (P2)****Siglas Utilizadas:**

- CTN: Código Tributário Nacional
ISS ou ISSQN: Imposto sobre serviços de qualquer natureza
ITBI: Imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis
IPTU: Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana
IR: Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza
IPVA: Imposto sobre a propriedade de veículos automotores
ICMS: Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
ITR: Imposto sobre propriedade territorial rural
ITCMD ou ITCD ou ICD ou ITC: Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação
UFR/PI: Unidades Fiscais de Referência do Piauí
UFPEI: Unidades fiscais do Estado do Piauí

Direito Tributário

1. De acordo com o Código Tributário Nacional, a expressão legislação tributária compreende
- I. o decreto publicado por determinado Estado, regulamentando a lei do IPVA por ele instituído.
 - II. o convênio celebrado entre os Estados brasileiros, nos termos de lei complementar, para disciplinar matéria relacionada com a concessão de determinadas isenções no âmbito do ICMS.
 - III. a decisão de órgão de jurisdição administrativa tributária, versando sobre matéria de ICMS, sendo que a lei do processo administrativo tributário deste Estado não atribui eficácia normativa a tais decisões.
 - IV. a lei ordinária de um Município brasileiro, versando sobre remunerações e salários das autoridades fiscais daquela pessoa jurídica de direito público.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I e II.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I e IV.
-
2. De acordo com o Código Tributário Nacional, caso o atual município pernambucano de Fernando de Noronha fosse transformado em Estado federado, não dividido em municípios,
- (A) a União teria competência para instituir os tributos federais e os impostos estaduais.
 - (B) o novo Estado teria competência para instituir apenas o ITBI e o IPTU.
 - (C) o novo Estado teria competência para instituir apenas o ISS e o ITBI.
 - (D) nem a União, nem o novo Estado teriam competência para instituir impostos municipais.
 - (E) o novo Estado teria competência para instituir todos os impostos municipais.
-
3. O *caput* do art. 77 do Código Tributário Nacional estabelece que *As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.*
- Para fins de aplicação da norma acima transcrita,
- I. consideram-se serviços públicos divisíveis, os que podem ser prestados em parceria formada por duas ou mais pessoas jurídicas de direito público.
 - II. consideram-se serviços públicos efetivamente utilizados pelo contribuinte, aqueles por ele usufruídos a qualquer título.
 - III. consideram-se serviços públicos específicos, os que constam expressamente de contratos firmados entre a pessoa jurídica de direito público e o contribuinte utente do serviço.
 - IV. consideram-se serviços públicos potencialmente utilizados pelo contribuinte, aqueles prestados por pessoa jurídica de direito público diversa da que instituiu a taxa.
 - V. considera-se regular o exercício do poder de polícia, quando desempenhado pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e V.
 - (B) IV e V.
 - (C) I, II e V.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) II, III e IV.
-
4. Com base nas normas da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional, a contribuição de melhoria
- (A) pode ser cobrada da União, em relação a terreno baldio de sua propriedade, por Município que tenha realizado obra pública da qual tenha resultado valorização do referido imóvel.
 - (B) é uma espécie de contribuição pertencente ao gênero das contribuições sociais.
 - (C) pode ser cobrada em razão de obra realizada em imóvel pertencente ao próprio ente tributante, no qual funciona repartição pública, e da qual tenha resultado valorização do imóvel.
 - (D) só pode ser cobrada pela União, a quem cabe instituir contribuições de todas as espécies.
 - (E) tem como limite total a despesa orçada para a obra pública a ser realizada.



5. A Constituição Federal e a Lei Complementar 24, de 1975, relativamente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, estabelecem que
- (A) será rejeitado o convênio que não for expressa ou tacitamente ratificado pelo Poder Executivo de todas as Unidades da Federação presentes à reunião, e desde que as Unidades ausentes tenham sido regularmente convocadas para a ela comparecer.
 - (B) todos e quaisquer incentivos ou favores fiscais, ou financeiro-fiscais, serão concedidos nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal.
 - (C) os Estados federados poderão fixar as alíquotas das operações e prestações internas sujeitas ao imposto, em qualquer percentual, por meio de lei ordinária estadual, de forma livre e autônoma, desde que observada, como limite, a alíquota máxima prevista em Resolução do Senado Federal.
 - (D) os Estados federados poderão autorizar, mediante lei ordinária estadual, independentemente de convênio, que o contribuinte que promova saída de mercadoria em operação interna isenta, mantenha o crédito de ICMS relativo às operações anteriores.
 - (E) os Estados de determinada região do Brasil poderão conceder isenção do imposto nas operações internas com determinada mercadoria, por meio de lei ordinária estadual de cada Estado, independentemente de convênio, sendo necessário, no entanto, que, para operações interestaduais, a medida esteja prevista em convênio celebrado e ratificado por todos os Estados brasileiros.
-
6. A Constituição Federal, em diversos de seus dispositivos, ora exige que normas versando sobre determinadas matérias sejam objeto de lei ordinária, ora exige que sejam objeto de lei complementar. O Código Tributário Nacional também exige, complementarmente, que determinadas matérias sejam disciplinadas por meio de lei. De acordo com o CTN, NÃO precisam ser disciplinadas por meio de lei as
- (A) cominações de penalidades para as ações ou omissões contrárias aos dispositivos previstos na lei tributária.
 - (B) hipóteses de concessão de anistia.
 - (C) hipóteses de concessão de moratória para o pagamento de tributo e de seus respectivos acréscimos.
 - (D) obrigações acessórias relacionadas com o preenchimento da guia de pagamento do imposto e dos demais acréscimos legais.
 - (E) hipóteses de concessão de remissão.
-
7. A lei municipal que instituiu o IPTU no Município de São Simão das Setes Cruzes fixou o dia 1º de janeiro de cada exercício como data de ocorrência do fato gerador desse imposto, que é lançado de ofício, por expressa previsão legal.
- O Poder Executivo Municipal promove, anualmente, o lançamento de ofício desse imposto, logo no início do mês de fevereiro.
- No exercício de 2012, porém, excepcionalmente, por motivos de ordens técnica e jurídica, esse lançamento acabou não sendo efetuado na ocasião programada.
- Considerando os fatos acima e as normas do Código Tributário Nacional acerca da extinção do crédito tributário, é correto afirmar que o prazo
- (A) para homologação tácita do lançamento de ofício, por decurso de prazo, teve início a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
 - (B) decadencial para se efetuar o lançamento de ofício desse imposto teve início a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
 - (C) para homologação tácita do lançamento de ofício, por decurso de prazo, teve início a partir da data da ocorrência do fato gerador.
 - (D) decadencial para se efetuar o lançamento de ofício desse imposto teve início a partir da data da ocorrência do fato gerador.
 - (E) prescricional para se efetuar o lançamento por declaração teve início a partir da data da ocorrência do fato gerador.
-
8. De acordo com a disciplina estabelecida pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 63, de 1990, acerca das repartições de receitas tributárias, e especialmente no que diz respeito à divisão do produto da arrecadação do ICMS,
- (A) compete ao Tribunal de Contas da União efetuar o cálculo das quotas da participação dos Municípios no produto da arrecadação do ICMS, nos termos de lei ordinária do respectivo Estado.
 - (B) pertence ao Município 25% do produto da arrecadação do ICMS cobrado e pago em seu respectivo território.
 - (C) os Estados podem reter, no todo ou em parte, os recursos pertencentes aos Municípios, oriundos da participação destes no produto da arrecadação do ICMS, no caso de a municipalidade ter suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado, ou no caso de inadimplência do Município em relação ao Estado.
 - (D) os Estados creditarão a parcela da receita pertencente aos Municípios, proporcionalmente, de modo que, três quartos, no mínimo, sejam calculados com base no valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios.
 - (E) as parcelas de receita pertencentes aos Municípios, relativas à participação no produto da arrecadação do ICMS, serão calculadas e creditadas conforme o que dispuser lei ordinária federal.



9. Do produto da arrecadação do
- I. IR incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Estados e pelo Distrito Federal, por suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, 75% pertencem ao ente federado que tiver efetuado o pagamento.
 - II. IPVA, 50% pertencem aos Municípios em que os veículos automotores se encontrarem licenciados.
 - III. ICMS, 25% pertencem aos Municípios.
 - IV. ITR, 50% pertencem aos Municípios, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo-lhes 99,3% desse produto, no caso de o Município optar por fiscalizar e cobrar o referido imposto, e desde que essa opção não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I e II.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I e IV.
-
10. A Constituição Federal estabelece limitações ao poder de tributar, concedido aos entes federados. No que se refere a estes limites,
- (A) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem conceder isenção e redução de base de cálculo dos tributos de suas competências, mediante ato do Poder Executivo, nos limites previstos em lei ordinária do respectivo ente, exceto em relação ao ICMS, que deverá atender condição específica prevista na própria Constituição Federal.
 - (B) é vedado cobrar tributos das instituições de educação sem fins lucrativos, dos partidos políticos e das entidades sindicais dos trabalhadores e patronais, desde que atendidos os requisitos da lei e a finalidade social de redução das desigualdades.
 - (C) é vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, exceto se a diferença se destinar ao estímulo da indústria nacional e à substituição de importações por produção nacional.
 - (D) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir tributos sobre a renda e patrimônio uns dos outros, inclusive em relação às autarquias, fundações e empresas públicas, instituídas ou mantidas por estes entes federados.
 - (E) é vedado instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão, e sobre fonogramas musicais produzidos no Brasil, com obras musicais de autores brasileiros, natos ou naturalizados, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
-
11. A Constituição Federal atribui competência a determinados entes federados para instituir contribuições de naturezas diversas. Desse modo, as contribuições
- (A) para o custeio do serviço de iluminação pública poderão ser instituídas pelos Estados e pelo Distrito Federal.
 - (B) sociais serão instituídas preferencialmente pela União e, no caso de omissão, poderão sê-lo, subsidiariamente, por Estados e Municípios.
 - (C) de intervenção no domínio econômico serão instituídas pela União e, supletivamente, pelos Estados.
 - (D) para o custeio do regime previdenciário dos servidores públicos estatutários, em benefício desses servidores, poderão ser instituídas pelos Municípios.
 - (E) de interesse das categorias profissionais ou econômicas serão instituídas pela União, pelos Estados e pelos Municípios, nas suas respectivas áreas de atuação.
-
12. De acordo com a Constituição Federal, o princípio nela consagrado e conhecido como Princípio da Irretroatividade é aquele que veda a cobrança de tributos em relação a
- (A) lançamentos tributários ocorridos antes da publicação da lei que os houver instituído ou aumentado.
 - (B) lançamentos tributários ocorridos antes da publicação da lei que os houver instituído, aumentado ou reduzido.
 - (C) fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
 - (D) fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído, aumentado ou reduzido.
 - (E) fatos geradores ocorridos antes da publicação da lei que os houver instituído ou aumentado.



13. Cabe ao Senado Federal, além de outras competências,
- I. estabelecer as alíquotas de ICMS aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação, por meio de resolução, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria simples de seus membros.
 - II. fixar as alíquotas mínimas de IPVA.
 - III. fixar as alíquotas máximas de ITCMD.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

14. Em relação ao ICMS, cabe à lei complementar
- I. fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior, de bem, mercadoria ou serviço.
 - II. regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
 - III. fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e II, apenas.

15. De acordo com o CTN, é correto afirmar:
- (A) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, inclusive para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
 - (B) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
 - (C) No caso de solidariedade, salvo disposição em contrário, a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, não favorece ou prejudica aos demais.
 - (D) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
 - (E) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito pelo contribuinte ou responsável, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

Legislação Tributária Estadual

16. Rodolfo e Fabiana, domiciliados no município de Castelo do Piauí/PI, eram casados pelo regime da comunhão universal de bens e, por ocasião de sua separação judicial, ocorrida em 2011, possuíam bens comuns, no valor total de R\$ 600.000,00, assim distribuídos: 1) uma conta conjunta em poupança, no valor de R\$ 70.000,00, em agência bancária de São Miguel do Tapuio/PI; 2) joias guardadas em sua residência, no valor de R\$ 90.000,00; 3) um veículo automotor, registrado e licenciado em Castelo do Piauí/PI, no valor de R\$ 40.000,00; 4) um imóvel comercial, localizado na cidade de Teresina/PI no valor de R\$ 280.000,00; 5) um imóvel rural, localizado na cidade de Crateús/CE, no valor de R\$ 120.000,00.

A separação judicial foi realizada na cidade de Castelo do Piauí/PI, e os montantes em reais acima mencionados correspondem aos valores dos respectivos bens, na data da separação judicial. Rodolfo e Fabiana continuaram domiciliados no Estado do Piauí durante o processo de separação judicial e depois do seu término.

Em decorrência da separação judicial, Rodolfo ficou com bens no valor total de R\$ 270.000,00 e Fabiana ficou com bens no valor total de R\$ 330.000,00.

O valor da UFR/PI, para fins de cálculo, é de R\$ 2,50.

Em razão dos valores que foram atribuídos, nessa partilha, a Rodolfo e a Fabiana, e com base no disposto na Lei Estadual nº 4.261, de 1º de fevereiro de 1989,

- (A) há ITCMD devido ao Estado do Piauí, por Fabiana, na qualidade de contribuinte, no valor de R\$ 1.200,00.
- (B) há ITCMD devido ao Estado do Piauí, por Rodolfo, na qualidade de contribuinte, no valor de R\$ 1.920,00.
- (C) há ITCMD devido ao Estado do Piauí, por Fabiana, na qualidade de contribuinte, no valor de R\$ 2.400,00.
- (D) não há ITCMD devido ao Estado do Piauí.
- (E) há ITCMD devido ao Estado do Piauí, por Fabiana, na qualidade de contribuinte, no valor de R\$ 960,00.



17. De acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 4.254, de 27 de dezembro de 1988, as taxas estaduais
- (A) judiciárias terão por base de cálculo o valor correspondente a 100 (cem) UFEPIs, considerado o seu valor no primeiro dia útil do mês da ocorrência do fato gerador, e serão cobradas de acordo com as alíquotas constantes da Tabela II, do Anexo Único dessa Lei.
 - (B) para renovação, quando for mensal, serão pagas até o último dia útil do mês subsequente àquele em que for devida.
 - (C) serão pagas, de ordinário, antes da prestação dos serviços administrativos ou judiciários solicitados ou do exercício de direitos ou de atividades sujeitas ao Poder de Polícia.
 - (D) são judiciárias, extraordinárias de proteção do patrimônio arqueológico, de serviços, de segurança pública e de lazer e cultura.
 - (E) extraordinárias de proteção do patrimônio arqueológico foram instituídas pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período.
-
18. Nos exercícios de 2012 e 2013, Rita, domiciliada em Parnaíba/PI, efetuou doações em dinheiro a sua irmã Dalva, domiciliada em Oeiras/PI, nos seguintes meses e valores venais: janeiro/12 = 100 UFR/PI, março/12 = 40 UFR/PI, maio/12 = 150 UFR/PI, julho/12 = 80 UFR/PI, setembro/12 = 160 UFR/PI, outubro/12 = 230 UFR/PI, dezembro/12 = 190 UFR/PI, fevereiro/13 = 110 UFR/PI, abril/13 = 70 UFR/PI, junho/13 = 170 UFR/PI e novembro/13 = 360 UFR/PI.
- Rita nada doou a sua irmã no ano de 2011.
- Considerando os dados acima e o disposto na Lei Estadual nº 4.261, de 1º de fevereiro de 1989, a obrigação pelo pagamento do ITCMD será de
- (A) Rita, na condição de contribuinte, ao fazer a doação no mês de novembro de 2013.
 - (B) Dalva, na condição de contribuinte ou responsável, ao receber cada uma das doações que lhe foram feitas em 2012 e 2013.
 - (C) Dalva, na condição de contribuinte, ao receber a doação no mês de dezembro de 2012.
 - (D) Rita, na condição de contribuinte, ao fazer a doação no mês de abril de 2013.
 - (E) Dalva, na condição de contribuinte, ao receber a doação no mês de junho de 2013.
-
19. Tiago, domiciliado em Campo Maior/PI, proprietário de imóveis nas cidades de Sobral/CE, Batalha/PI e Mossoró/RN, deu em usufruto os referidos imóveis a seu primo Ricardo, domiciliado em Fortaleza.
- A formalização do ato que instituiu o usufruto em relação aos três imóveis foi feita em cartório, com a presença de ambos.
- Em relação ao imóvel localizado em Mossoró/RN, a instituição do usufruto foi por 25 (vinte e cinco) anos; em relação ao imóvel localizado em Batalha/PI, o usufruto foi instituído pelo prazo de 12 (doze) anos e meio e, em relação ao imóvel localizado em Sobral/CE, o usufruto foi instituído por prazo indeterminado.
- Considerando as informações acima e o disposto na Lei Estadual nº 4.261, de 1º de fevereiro de 1989,
- (A) será devido o ITCMD ao Estado do Piauí, se, no momento da extinção do usufruto que recai sobre o imóvel localizado em Mossoró/RN, Tiago não for mais o nu-proprietário desse imóvel.
 - (B) a base de cálculo do ITCMD devido ao Estado do Piauí, em relação à extinção do usufruto que recai sobre o imóvel localizado em Batalha/PI, será o valor venal do bem usufruído, caso esta extinção não configure hipótese de não incidência prevista em lei.
 - (C) a base de cálculo do ITCMD devido ao Estado do Piauí, em relação à instituição de usufruto sobre o imóvel localizado em Mossoró/RN, será de 100% (cem por cento) do valor do bem, sendo Tiago o contribuinte desse imposto.
 - (D) a base de cálculo do ITCMD devido ao Estado do Piauí, em relação à instituição de usufruto sobre o imóvel localizado em Batalha/PI, será de 60% (sessenta por cento) do valor venal integral do bem.
 - (E) a base de cálculo do ITCMD devido ao Estado do Piauí, em relação à instituição de usufruto sobre o imóvel localizado em Sobral/CE, será o valor venal integral do bem.
-
20. De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 4.261, de 1º de fevereiro de 1989, é isenta do imposto a transmissão
- (A) *causa mortis* de imóvel urbano residencial, desde que sua avaliação seja igual ou inferior a 15.000 UFR/PI e que este seja o único bem objeto da partilha.
 - (B) *causa mortis*, de imóvel rural, desde que sua avaliação seja igual ou inferior a 15.000 UFR/PI e que o beneficiário não seja proprietário de outro imóvel rural e não receba mais do que um imóvel por ocasião da transmissão.
 - (C) *causa mortis* ou por doação, de imóvel urbano residencial ou rural, desde que sua avaliação seja igual ou inferior a 15.000 UFR/PI e que este seja o único bem objeto da partilha ou doação.
 - (D) por doação, de imóvel rural, cuja área não ultrapasse o módulo rural da região, e desde que o donatário não seja proprietário de outro imóvel rural e não receba mais do que um imóvel rural por ocasião da transmissão.
 - (E) *causa mortis* de imóvel urbano, residencial ou não, desde que sua avaliação seja inferior a 15.000 UFR/PI e que este seja o único bem imóvel objeto da partilha.



21. Lucas, domiciliado em Teresina/PI, adquiriu, em maio de 2013, um veículo automotor de passeio, 0 km, de fabricação nacional, cujo valor constante da nota fiscal de aquisição foi de R\$ 60.000,00. Em agosto do mesmo ano de 2013, adquiriu, pelo valor de R\$ 18.000,00, uma motocicleta usada (300 cc), ano de fabricação e modelo 2011, até então registrada e licenciada no Estado do Maranhão. O valor venal usualmente praticado no mercado do Piauí, relativamente a essa motocicleta, no ano de 2013, era de R\$ 12.000,00 e não consta que o IPVA relativo a esse exercício tenha sido pago ao Estado do Maranhão.

No tocante à motocicleta, os valores venais usualmente praticados no mercado do Piauí coincidem com os preços médios aferidos por publicações especializadas nacionais, não tendo sido editada tabela de valores venais de veículos para aquele exercício de 2013.

Com base nessas informações e no que dispõe a Lei Estadual nº 4.548, de 29 de dezembro de 1992, Lucas deverá recolher ao Estado do Piauí, no exercício de 2013, a título de IPVA incidente sobre o veículo automotor de passeio e sobre a motocicleta, respectivamente, as importâncias de

- (A) R\$ 1.200,00 e R\$ 300,00.
- (B) R\$ 1.500,00 e R\$ 240,00.
- (C) R\$ 800,00 e R\$ 120,00.
- (D) R\$ 875,00 e R\$ 80,00.
- (E) R\$ 1.000,00 e R\$ 100,00.

22. Germano, domiciliado e residente em Parnaíba/PI, é portador de deficiência física que o obrigou a importar da Alemanha um veículo automotor alemão de passeio, marca "Deutschland", especialmente adaptado em razão dessa deficiência. Ele só utiliza esse veículo para rodar em Parnaíba/PI.

Quando, porém, viaja para seu sítio, em Cocal/PI, ele gosta de ir dirigindo seu veículo automotor nacional de passeio, marca "Niède", que não tem o mesmo conforto do importado, mas que é perfeitamente adequado para uso de pessoas com o tipo de deficiência de que Germano é portador, sem que tenha sido necessário realizar qualquer tipo de adaptação neste veículo.

Já, quando Germano está em seu sítio e precisa se locomover até o centro de Cocal/PI, utiliza seu veículo automotor nacional de passeio, marca "Serra da Capivara", que acabou de completar vinte anos de fabricação e que é movido a gasolina e a GNV.

Em seu sítio, Germano possui um trator, que é utilizado por seu filho mais para a prática de esporte de corrida de trator do que para qualquer outra coisa, e possui uma colheitadeira que, embora esteja em boas condições de funcionamento, deixou de ser utilizada, já há alguns anos, em atividades agrícolas, hortícolas ou florestais. O filho de Germano só liga o motor da colheitadeira para levar a criança do sítio para "dar uma volta" pela propriedade.

Germano é proprietário de todos os veículos automotores acima referidos.

Considerando as informações acima e o que dispõe a Lei Estadual nº 4.548, de 29 de dezembro de 1992, é isenta do IPVA a propriedade de Germano sobre

- (A) o trator.
- (B) a colheitadeira.
- (C) o veículo marca "Deutschland".
- (D) o veículo marca "Niède".
- (E) o veículo marca "Serra da Capivara".

23. O "Hospital de Todas as Curas", fundado em 2011 e localizado em cidade do interior do Piauí, é proprietário de diversos veículos do tipo ambulância.

Para poder deixar de pagar o IPVA em relação à propriedade desses veículos, o referido hospital requer, nos termos da legislação e com a periodicidade nela prevista, o reconhecimento de sua condição de beneficiário da isenção outorgada aos proprietários desse tipo de veículo.

Embora essa instituição cobre dos pacientes pela prestação de serviços de remoção nas referidas ambulâncias, para poder usufruir indevidamente do benefício isencional do IPVA previsto na legislação piauiense, a administração do hospital declarou intencionalmente à Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí que os prestava de forma inteiramente gratuita.

Quando o fisco descobriu e comprovou que o referido hospital estava usufruindo indevida e intencionalmente do benefício isencional, desde 2011, em razão das inverdades consignadas de modo deliberado em suas declarações, decidiu cobrar do sujeito passivo o IPVA devido em todo o período.

Com base no enunciado acima e no que dispõe a Lei Estadual nº 4.548/92, no exercício de 2014,

- (A) o imposto sonogado poderá ser lançado por meio de Aviso de Débito e exigido por meio deste mesmo instrumento.
- (B) poderá ser feito o lançamento por declaração do IPVA que indevidamente deixou de ser pago.
- (C) o fisco piauiense nada poderá fazer para lançar o IPVA que indevidamente deixou de ser pago.
- (D) o fisco piauiense poderá promover o lançamento de ofício do IPVA que indevidamente deixou de ser pago.
- (E) não há necessidade de lançamento do IPVA, bastando, para que o tributo seja exigível, que se publique edital com nome do contribuinte e o valor do tributo devido.



24. Estabelecimento comercial de contribuinte do ICMS, localizado em Picos/PI, promoveu as seguintes operações com mercadorias, no primeiro semestre de 2014:
- I. devolução de mercadoria de origem nacional (arroz), adquirida de contribuinte localizado no Estado Rio de Janeiro, para comercialização no Estado do Piauí.
 - II. devolução de mercadoria de origem estrangeira (vinho italiano), adquirida de contribuinte localizado no Estado de Pernambuco, para comercialização no Estado do Piauí.
 - III. transmissão, por contribuinte localizado no Estado do Piauí, da propriedade de mercadoria (aguardente de cana de fabricação piauiense) que se encontra depositada em armazém geral neste Estado, a contribuinte do ICMS localizado no Ceará, que retransmite sua propriedade a contribuinte do Estado do Rio Grande do Norte, que, por sua vez, retransmite a contribuinte localizado no Estado do Piauí, que então a retira do armazém geral para comercializá-la no Estado do Piauí.
 - IV. devolução de mercadoria de origem nacional (fumo), adquirida de contribuinte localizado no Estado do Pará, para uso e consumo do estabelecimento de contribuinte do ICMS do Piauí.
 - V. saída de mercadoria (arma de fogo e respectiva munição de origem nacional), a título de venda, a pessoa natural (pessoa física) domiciliada em São Luís/MA.

Considerando as operações acima descritas e o que dispõe o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008, as alíquotas do ICMS nessas operações serão, respectivamente, de

- (A) 7%, 4%, 17%, 12% e 30%.
- (B) 7%, 30%, 19%, 25% e 25%.
- (C) 12%, 27%, 17%, 27% e 30%.
- (D) 7%, 4%, 19%, 7% e 25%.
- (E) 12%, 27%, 27%, 12% e 12%.

25. Em regulares procedimentos de fiscalização, realizados nos exercícios de 2012 e 2013, no estabelecimento comercial de "J & J Comércio de Artigos Finos Ltda.", as respectivas autoridades fiscais competentes apuraram o cometimento de irregularidades pelo sujeito passivo e, em decorrência disso, lavraram os respectivos Autos de Infração, por meio dos quais constituíram créditos tributários totais de valores originais equivalentes aos abaixo indicados:

Todos os Valores são Originais e Expressos em UFR/Pis			
Ano	Imposto	Penalidade (Multa)	Valor Total
AI 2012	100.000	75.000	175.000
AI 2013	160.000	80.000	240.000

Cada autoridade fiscal lavrou seu respectivo Auto de Infração, que tramitaram independentemente um do outro, em razão de defesas apresentadas pelo sujeito passivo em relação a cada um deles.

Ao proceder ao julgamento de primeira instância de cada um dos Auto de Infração, o órgão de julgamento incumbido dessa tarefa promoveu reduções que redundaram nos seguintes valores:

Todos os Valores são Originais e Expressos em UFR/Pis			
Ano	Imposto	Penalidade (Multa)	Valor Total
AI 2012	90.000	75.000	165.000
AI 2013	160.000	40.000	200.000

A redução feita no AI 2012 (Auto de Infração de 2012) não decorreu de nulidade do Auto de Infração por vício formal e a redução feita no AI 2013 decorreu de inobservância do limite máximo de penalidade estabelecido em lei na lavratura do Auto de Infração.

Com base no relato acima e no que dispõe a Lei Estadual nº 3.216, de 09 de junho de 1973,

- (A) poderá o sujeito passivo apresentar recurso voluntário em relação à decisão proferida em ambos os processos.
- (B) poderá o sujeito passivo apresentar recurso de ofício em relação à decisão proferida em ambos os processos.
- (C) a autoridade de primeira instância recorrerá de ofício ao Conselho de Contribuintes em ambos os processos.
- (D) a autoridade de primeira instância recorrerá de ofício ao Conselho de Contribuintes apenas no primeiro processo.
- (E) a autoridade de primeira instância recorrerá de ofício ao Conselho de Contribuintes apenas no segundo processo.

26. Considere as seguintes afirmações:

No Processo Administrativo Fiscal – PAF, a decisão de

- I. primeira instância é proferida pelo Conselho de Contribuintes.
- II. segunda instância é definitiva na órbita administrativa.
- III. segunda instância torna-se definitiva, quando se esgota o prazo para apresentação do recurso especial sem que este seja interposto.
- IV. primeira instância torna-se definitiva, na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício.
- V. primeira instância conterà relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusões e ordem de intimação.

De acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 3.216, de 09 de junho de 1973, estão corretas as afirmações feitas nos itens

- (A) II, III e IV.
- (B) II, IV e V.
- (C) I, II e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, III e V.



27. A Fábrica de Calçados Alef Rodrigues Ltda., de Altos – PI, realizou as seguintes operações com calçados:

- venda, no valor de R\$ 10.000,00, para a Prefeitura de Teresina – PI;
- venda, no valor de R\$ 10.000,00, para a Prefeitura de Palmas – TO;
- venda, no valor de R\$ 10.000,00, para empresa atacadista de Belo Horizonte – MG;
- venda, no valor de R\$ 10.000,00, para fábrica de artefatos de cimento de Recife – PE.

Considerando que a mercadoria tem tributação normal, alíquota interna de 17%, não sendo sujeita a benefício fiscal ou a substituição tributária, terá debitado em sua escrita fiscal o valor total de

- (A) R\$ 2.400,00.
- (B) R\$ 3.400,00.
- (C) R\$ 6.800,00.
- (D) R\$ 4.800,00.
- (E) R\$ 5.800,00.

28. A reincidência de uma prática infracional tem sérias consequências para o infrator da legislação do ICMS. De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 4.257, de 06 de janeiro de 1989, e no Regulamento do ICMS do Estado do Piauí, aprovado pelo Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008,

- (A) considera-se reincidência específica a infração ao mesmo dispositivo da legislação tributária estadual, no prazo de um ano, contado da data em que o sujeito passivo tiver sido notificado da lavratura de Auto de Infração.
- (B) a multa será exacerbada em 20%, na primeira ocorrência de reincidência genérica.
- (C) a multa será exacerbada em 40%, nas ocorrências de reincidência específica posteriores à primeira.
- (D) considera-se reincidência específica a infração ao mesmo dispositivo da legislação tributária estadual, no prazo de um ano, contado da data da lavratura de Auto de Infração.
- (E) a infração terá a pena exacerbada nos casos de reincidência específica e em casos especiais de reincidência genérica, previstos na legislação.

29. "Piauí & Irmãos Ltda." é uma pequena indústria de produtos de limpeza, que não estão incluídos na sistemática de recolhimento do ICMS por substituição tributária, e se localiza no município de Jardim/PI. Essa empresa, que também revende algumas mercadorias produzidas por outras empresas, realizou, no exercício de 2013, as seguintes operações com mercadorias de sua própria produção:

- I. remeteu para depósito fechado da mesma empresa, localizado na cidade de Araripina/PI, parte das mercadorias adquiridas com a finalidade de comercialização.
- II. promoveu a exportação de parte das mercadorias por ela produzidas.
- III. utilizou, na limpeza de seu próprio estabelecimento, parte das mercadorias adquiridas para comercialização.
- IV. realizou operações internas (alíquota de 17%) com mercadorias adquiridas de fornecedores de fora do Estado do Piauí, beneficiando-se da redução de 50% na base de cálculo, conforme lhe faculta a legislação.
- V. remeteu para armazém geral, localizado na cidade de Campos Sales/CE, parte das mercadorias adquiridas para comercialização.

Considerando que a empresa em questão se creditou legitimamente do valor integral do ICMS destacado nos documentos fiscais que acobertaram as aquisições de mercadorias para comercialização e também das mercadorias utilizadas como insumos na fabricação dos produtos que foram objeto de algumas das operações acima descritas, e considerando também o que dispõe o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008, esse contribuinte deverá estornar o valor integral do crédito lançado em sua escrita fiscal, relativamente

- (A) às operações descritas nos itens III e IV.
- (B) à operação descrita no item V.
- (C) às operações descritas nos itens I, II, III e IV.
- (D) às operações descritas nos itens I e V.
- (E) à operação descrita no item III.

30. A Fábrica de Produtos Alimentícios Maria da Inglaterra, de Picos-PI, adquire matérias-primas em operações internas e interestaduais e exporta todas as mercadorias de sua produção para países do Reino Unido.

Nesse caso,

- (A) eventual acumulação de créditos, em virtude da exportação, poderá ser transferida a outro estabelecimento da empresa no Estado do Piauí, observadas as condições previstas em regulamento.
- (B) a fábrica poderá manter os créditos de ICMS da matéria-prima, se houver autorização da legislação por meio de convênio do Confaz.
- (C) os fornecedores de matéria-prima contam com não incidência do ICMS nas vendas para essa fábrica de produtos alimentícios.
- (D) a fábrica poderá se creditar do ICMS referente a aquisição de energia elétrica, mas não do ICMS referente a aquisição de serviços de comunicação.
- (E) se a fábrica vender seus produtos a empresa exportadora de outra unidade da Federação, com fim específico de exportação, a operação contará com incidência do ICMS.



31. Empresa piauiense realiza transporte de cabotagem com origem no Piauí e destino a contribuintes do ICMS, localizados na Bahia, no valor total de R\$ 600.000,00, no mês de setembro de 2014, sendo as prestações tributadas. Para realizar tais serviços adquiriu e utilizou combustível, em cujos documentos fiscais constavam o ICMS cobrado na operação anterior de R\$ 3.400,00.

O barco utilizado no serviço foi adquirido em novembro de 2010 com ICMS no valor de R\$ 37.920,00.

No mês da prestação dos serviços, a empresa transportadora tomou serviços de comunicação com ICMS cobrado de R\$ 400,00 e adquiriu material de uso e consumo com ICMS de R\$ 1.700,00.

O valor do ICMS apurado, após o confronto de débito e de créditos passíveis de compensação, será de

- (A) R\$ 67.020,00.
- (B) R\$ 65.710,00.
- (C) R\$ 68.600,00.
- (D) R\$ 67.810,00.
- (E) R\$ 67.410,00.

32. Uma empresa comercial atacadista de produtos de papelaria de Piri-piri – PI transfere mercadorias (cadernos escolares) para sua filial de Fortaleza – CE.

Nesse caso, quanto ao ICMS, a base de cálculo será

- (A) o preço FOB, no estabelecimento comercial à vista, na venda a outros comerciantes ou industriais.
- (B) inexistente, em virtude de não ocorrência de fato gerador.
- (C) o custo da mercadoria produzida, assim entendido a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão de obra e acondicionamento.
- (D) o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria.
- (E) o preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.

33. Considere as prestações de serviço de transporte a seguir indicadas, referentes a mercadorias a serem revendidas pelo destinatário:

- I. transportadora do Piauí é contratada por empresa da Bahia para retirar mercadorias em Fortaleza – CE e levar até Salvador – BA.
- II. transportadora de Minas Gerais retira mercadorias no Piauí e entrega em Belo Horizonte – MG, contratada por empresa mineira.
- III. transportadora de Minas Gerais retira mercadorias no Piauí e entrega em Belo Horizonte – MG, contratada por empresa piauiense.

A unidade federativa competente para cobrar o ICMS nas situações I, II e III, respectivamente, é

- (A) Piauí, Minas Gerais e Piauí.
- (B) Piauí, Minas Gerais e Minas Gerais.
- (C) Ceará, Piauí e Piauí.
- (D) Ceará, Minas Gerais e Piauí.
- (E) Bahia, Minas Gerais e Minas Gerais.

34. Considere:

- I. Patrícia Mellodi, pessoa física, adquiriu joias italianas, que haviam sido apreendidas pela Receita Federal, em licitação promovida por esse órgão, em Teresina – PI.
- II. Empresa pavimentadora de Oeiras – PI, inscrita como contribuinte do ISS, adquire óleo diesel proveniente da Bahia, para seu consumo.
- III. Clínica de radiologia do Dr. Homero Santos, de Campo Maior – PI, importa aparelho de tomografia da Alemanha.
- IV. Empresa de propaganda e publicidade de Teresina – PI contrata serviço de comunicação prestado por empresa americana e iniciado naquele país.

De acordo com a legislação, caracterizam-se como contribuintes do ICMS as pessoas das situações descritas em

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.



35. Considere as situações a seguir:

- I. a Empresa Atacadista Sara Meneses, de Parnaíba – PI, remeteu uma carga de calçados para depósito em armazém geral de Teresina – PI.
- II. a Transportadora Dirceu Andrade foi contratada pela Atacadista Sara Meneses para levar a mercadoria, desde Parnaíba – PI, até o armazém geral de Teresina – PI.
- III. a Empresa Atacadista Sara Meneses, de Parnaíba – PI, remeteu uma carga de calçados para depósito em armazém geral de Fortaleza – CE.
- IV. a Empresa Atacadista Sara Meneses, de Parnaíba – PI, transferiu a propriedade de sua filial de Cocal – PI, uma loja de tecidos, para uma multinacional que mantém diversos estabelecimentos comerciais no Piauí.
- V. a Empresa Atacadista Sara Meneses, de Parnaíba – PI, vendeu óleo lubrificante derivado de petróleo para comerciante revendedor do Maranhão.

Contam com não incidência do ICMS APENAS as situações descritas em

- (A) IV e V.
- (B) I e III.
- (C) I, III e V.
- (D) I, II e III.
- (E) I, IV e V.

36. O comerciante Franco Delá, de São Raimundo Nonato – PI, adquiriu, para revenda, mercadoria sujeita à substituição tributária das operações subsequentes, remetida pela indústria Raica Oliveira, de Barras – PI. O valor da operação foi de R\$ 30.000,00 e o fabricante incluiu IPI de R\$ 6.000,00, totalizando um valor de R\$ 36.000,00.

A mercadoria é sujeita à alíquota interna de 25% e o comerciante declarou, no pedido de compra, que irá revender a totalidade dessa mercadoria para supermercados (varejistas).

O valor do ICMS que deverá ser retido na fonte pela indústria, supondo margem de valor agregado prevista pela legislação de 35%, é

- (A) R\$ 3.150,00.
- (B) R\$ 9.000,00.
- (C) R\$ 0,00 (zero).
- (D) R\$ 12.150,00.
- (E) R\$ 4.650,00.

37. Em relação ao ICMS, é INCORRETO afirmar:

- (A) Na entrada de mercadorias oriundas de outros Estados, destinadas a uso, consumo ou ativo fixo do estabelecimento, ou na utilização de serviços cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado e não esteja vinculada a operação e/ou prestação subsequente alcançadas pela incidência do ICMS, o imposto a recolher será o valor resultante da aplicação da diferença entre a alíquota interna e a interestadual.
- (B) O montante do próprio imposto integra a base de cálculo do ICMS, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle.
- (C) Será exigido o ICMS antecipadamente na primeira unidade fazendária do Estado do Piauí, por onde circularem as mercadorias provenientes de qualquer Estado com destino a contribuinte desobrigado de manutenção de registros fiscais e/ou da apuração do imposto, ou não cadastrado na Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí.
- (D) Considera-se Nota Fiscal Eletrônica – NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emittente e autorização de uso pela administração tributária da Unidade da Federação do contribuinte, após a ocorrência do fato gerador.
- (E) Para efeito de recolhimento do ICMS pelos contribuintes deste Estado, na forma do Simples Nacional de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a partir do exercício de 2007, fica estabelecida a opção do Estado do Piauí pela aplicação das faixas de receita bruta anual até o limite de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), esse a partir de 1º de janeiro de 2013.

38. A Indústria Amauri Jucá, do município de Piracuruca – PI, recebeu uma encomenda da Banda Xenhenhem, de Teresina – PI e fabricou um equipamento para efeitos pirotécnicos que será utilizado em shows musicais. Ao remeter o equipamento, a indústria cobrou o valor de R\$ 80.000,00, acrescendo o valor de juros de R\$ 1.600,00, em razão de prazo de pagamento, e o valor de IPI de R\$ 8.160,00. O valor total da nota fiscal foi de R\$ 89.760,00. O frete foi realizado por transportadora piauiense que cobrou o valor de R\$ 1.000,00 por conta e ordem do destinatário.

No momento do pagamento da duplicata, houve um desconto de R\$ 300,00, em virtude de pagamento antes do prazo previsto, condição especificada no contrato de venda.

O valor da base de cálculo do ICMS devido pela indústria fabricante será de

- (A) R\$ 89.460,00.
- (B) R\$ 80.000,00.
- (C) R\$ 89.760,00.
- (D) R\$ 88.160,00.
- (E) R\$ 90.760,00.



39. Um agente do fisco piauiense efetuando diligências no estabelecimento industrial do sr. Valbert Dourado, em São Miguel do Tapuí – PI, sujeito ao regime normal de apuração e que realiza comumente operações tributadas, constatou as seguintes ocorrências:
- I. a empresa escriturou, em 1^o de outubro de 2014, crédito de ICMS referente à aquisição de matéria-prima que ingressou em seu estabelecimento no dia 04 de outubro de 2009, acobertada com nota fiscal emitida em 29 de setembro de 2009.
 - II. a empresa manteve crédito de ICMS que havia escriturado por ocasião da entrada da mercadoria, referente lote de mercadorias que foram furtadas do seu estoque, lançando, porém, o prejuízo em sua contabilidade.
 - III. a empresa se creditou do ICMS das mercadorias recebidas que foram consumidas no processo de produção, que integraram o produto final na condição de elementos indispensáveis à sua composição e, além disso, de ferramentais que foram utilizados no processo de produção.
 - IV. a empresa se creditou do ICMS cobrado por outro Estado em serviço de transporte por ela tomado para trazer matéria-prima em operação interestadual.

Estão sujeitas à autuação por parte do Fisco, parcial ou integralmente, APENAS as ocorrências descritas em

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

40. Considere as afirmações a seguir:

- I. Ocorrerá a suspensão do ICMS nas operações em que a incidência deste ficar condicionada a evento futuro.
- II. Dar-se-á o diferimento do ICMS quando o lançamento e/ou pagamento do imposto incidente sobre determinada operação ou prestação forem adiados para uma etapa posterior de comercialização, industrialização, prestação, uso ou consumo.
- III. O preço de importação expresso em moeda estrangeira será convertido em moeda nacional pela mesma taxa de câmbio utilizada no cálculo do Imposto de Importação, sem qualquer acréscimo ou devolução posterior, exceto se houver variação da taxa cambial até o pagamento efetivo do preço.
- IV. Configura hipótese de direito ao ressarcimento de ICMS a ocorrência de quaisquer operações interestaduais com mercadorias já alcançadas pela substituição tributária.

De acordo com o Regulamento do ICMS do Estado do Piauí está correto o que se afirma em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II, apenas.

Contabilidade Geral

41. Uma empresa, sociedade de capital aberto, apurou lucro líquido de R\$ 80.000.000,00 referente ao ano de 2013 e a seguinte distribuição foi realizada no final daquele ano:

- valor correspondente a 5% do Lucro Líquido foi destinado à constituição da Reserva Legal.
- o valor de R\$ 6.000.000,00 foi destinado à constituição da Reserva Estatutária.
- o valor de R\$ 20.000.000,00 foi destinado à constituição da Reserva para Expansão.
- o saldo remanescente do Lucro Líquido de 2013 não tem destinação específica e o estatuto da empresa estabelece que o valor dos dividendos mínimos obrigatórios corresponde a 20% do Lucro Líquido de cada período deduzido dos valores correspondentes à Reserva Legal e à Reserva Estatutária constituídas.

Sabendo-se que não ocorreu nenhum outro evento que tenha afetado o Patrimônio Líquido da empresa em 2013, a variação positiva no valor total do Patrimônio Líquido da empresa de 31/12/2012 para 31/12/2013 foi, em reais,

- (A) 66.000.000,00.
- (B) 30.000.000,00.
- (C) 0,00 (zero).
- (D) 80.000.000,00.
- (E) 50.000.000,00.



42. A empresa Comercializadora de Bugigangas S.A. atua na compra e venda de produtos populares e é contribuinte unicamente do ICMS. No início do ano de 2013, a empresa não tinha estoque de produtos e durante o ano de 2013 as seguintes transações de compra e venda de mercadorias foram realizadas:
1. Compra de mercadorias no valor total de R\$ 115.000,00, estando incluídos neste preço os valores de R\$ 15.000,00 de IPI e R\$ 12.000,00 de ICMS.
 2. A empresa vendeu 60% do estoque total disponível pelo preço de R\$ 74.000,00 e, neste preço, já está incluído o valor de R\$ 8.880,00 de ICMS incidente sobre a venda.

O valor do Resultado Bruto com Vendas apresentado na Demonstração do Resultado de 2013 foi, em reais,

- (A) 12.320,00.
 (B) 21.200,00.
 (C) 5.000,00.
 (D) 3.320,00.
 (E) 3.880,00.
-
43. Um lote de mercadorias para revenda foi adquirido com pagamento à vista, em 30/10/2013, pelo valor de R\$ 1.000.000,00. A empresa compradora retirou as mercadorias no depósito do fornecedor que se localiza a 1.500 km da sua sede e incorreu em gastos com o frete para levar estas mercadorias até o seu depósito, no valor total de R\$ 20.000,00. A empresa compradora incorreu também em gastos no valor de R\$ 10.000,00 na contratação de um seguro contra roubo das mercadorias durante o transporte do depósito do fornecedor até o seu depósito.
- Sabendo-se que, em 25/11/2013, a empresa vendeu 80% do lote de mercadorias que havia comprado em 30/10/2013 pelo valor de R\$ 950.000,00 e supondo que não há incidência de qualquer tributo na compra e na venda das mercadorias, a empresa apresentará na Demonstração do Resultado de 2013, em relação exclusivamente à compra e à venda deste lote de mercadorias, os seguintes efeitos, em reais:
- (A) Resultado Bruto com Vendas = 126.000,00
 (B) Resultado Bruto com Vendas = 142.000,00; Despesa com Frete = 20.000,00
 (C) Resultado Bruto com Vendas = 150.000,00; Despesa com Vendas = 30.000,00
 (D) Resultado Bruto com Vendas = 150.000,00; Despesa com Frete = 20.000,00; Despesa com Seguro = 10.000,00
 (E) Resultado Bruto com Vendas = 134.000,00; Despesa com Seguro = 10.000,00
-
44. Uma empresa comercial realizou, durante o ano de 2012, as seguintes transações de compra e venda de mercadorias, em ordem cronológica:

Data	Transação
15/01	Compra de 10.000 unidades ao preço unitário de R\$ 5,00.
10/02	Pagamento de frete pela compra de 15/01 no valor total de R\$ 2.000,00.
18/05	Compra de 10.000 unidades ao preço unitário de R\$ 6,00.
30/05	Venda de 10.000 unidades pelo valor total de R\$ 60.500,00.
20/06	Devolução de 1.000 unidades da compra de 15/01 por apresentarem defeitos de fabricação.
18/09	Concessão de um abatimento de R\$ 500,00 na venda realizada em 30/05.

A empresa adota o Método da Média Ponderada Móvel para a avaliação do estoque e início do ano de 2012 não mantinha estoque de mercadorias. Supondo que não há incidência de qualquer tributo na compra e venda das mercadorias, o valor evidenciado para a conta Estoque no Balanço Patrimonial de 31/12/2012 e o Resultado Bruto com Vendas apresentado na Demonstração do Resultado de 2012 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 50.000,00 e 3.000,00.
 (B) 51.000,00 e 4.000,00
 (C) 50.000,00 e 5.500,00.
 (D) 51.000,00 e 4.500,00.
 (E) 50.000,00 e 5.000,00.



45. O departamento jurídico da Empresa Arriscada S.A. apresentou as informações, constantes no quadro abaixo, relativas a diversos processos movidos contra a empresa. Estas informações serão utilizadas para a elaboração do Balanço Patrimonial em 31/12/2013:

Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Ação Fiscal – ICMS	800.000,00	Possível
Ação Fiscal – IPI	1.500.000,00	Provável
Ação Fiscal – CSSL	3.200.000,00	Possível
Ações Trabalhistas	2.800.000,00	Provável
Processo Ambiental	1.000.000,00	Remota

Sabendo-se que todos os valores estimados são confiáveis e com base nas informações apresentadas, o valor a ser evidenciado como provisão no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 é, em reais,

- (A) 1.000.000,00.
- (B) 4.300.000,00.
- (C) 9.300.000,00.
- (D) 8.300.000,00.
- (E) 4.000.000,00.
-
46. Uma empresa adquiriu, em 02/01/2013, um edifício pelo valor de R\$ 10.000.000,00 e estimou que a vida útil esperada de utilização era 10 anos e valor residual igual a zero. A empresa decidiu, então, fazer uma grande reforma cujo valor total foi R\$ 3.000.000,00, o que aumentou a vida útil esperada do edifício para 30 anos, sendo que, ao final deste novo prazo de vida útil, o valor residual esperado passou a ser R\$ 4.000.000,00. Sabendo-se que o edifício ficou pronto e começou a ser utilizado em 30/09/2013, a empresa apresentará na Demonstração do Resultado de 2013, em reais,
- (A) Despesa de Depreciação = 825.000,00
- (B) Despesa de Depreciação = 200.000,00 e Despesa com Reforma = 3.000.000,00
- (C) Despesa de Depreciação = 1.000.000,00 e Despesa com Reforma = 3.000.000,00
- (D) Despesa de Depreciação = 250.000,00 e Despesa com Reforma = 3.000.000,00
- (E) Despesa de Depreciação = 75.000,00
-
47. Uma empresa adquiriu um equipamento industrial que foi instalado em um imóvel alugado pelo prazo de 10 anos. O custo de aquisição do equipamento foi R\$ 5.000.000,00 e a compra ocorreu em 01/01/2013. A empresa estima que utilizará o equipamento por 10 anos de forma contínua durante 24 horas por dia, em função da sua atividade. No final deste prazo de utilização, o equipamento poderá ser vendido por R\$ 400.000,00.
- O contrato de aluguel do imóvel estabelece que a empresa deverá devolvê-lo nas mesmas condições em que o recebeu no início do prazo do contrato. No final do 10º ano, a empresa retirará o equipamento do imóvel e projeta que incorrerá em gastos no valor de R\$ 780.000,00 para fazer a remoção do equipamento e reestruturar o imóvel para as condições estabelecidas no contrato de aluguel. A taxa acumulada de juros projetada para o período do contrato de aluguel é 30%.
- O valor contábil do equipamento a ser apresentado no Balanço Patrimonial em 31/12/2013 e o valor da Despesa de Depreciação apresentado na Demonstração do Resultado do ano de 2013 são, respectivamente, em reais,
- (A) 5.100.000,00 e 500.000,00.
- (B) 4.540.000,00 e 460.000,00.
- (C) 5.080.000,00 e 520.000,00.
- (D) 4.500.000,00 e 500.000,00.
- (E) 4.480.000,00 e 520.000,00.



48. O Patrimônio Líquido da empresa Nova Mente S.A. em 31/12/2012 apresentava os seguintes saldos:

Conta	R\$
Capital Social.....	950.000,00
Reservas de Capital.....	90.000,00
Reserva Legal.....	180.000,00
Reservas para Expansão.....	100.000,00
Reservas de Lucros a Realizar.....	40.000,00
Total.....	1.360.000,00

O lucro líquido obtido pela empresa em 2013 foi R\$ 380.000,00, distribuído da seguinte forma:

- Reserva legal: a empresa adotou como regra constituir esta reserva até o menor dos limites permitidos pela lei societária.
- Reserva para expansão: foi proposto o valor correspondente a 20% do Lucro Líquido do período.
- Dividendos: O saldo remanescente não tinha destinação específica definida pela empresa e o estatuto social previa a distribuição de 20% do lucro passível de distribuição (Lucro Líquido diminuído da Reserva Legal constituída no período).

Os valores da Reserva Legal e do Patrimônio Líquido da Empresa evidenciados no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 199.000,00 e 1.666.000,00.
- (B) 190.000,00 e 1.666.000,00.
- (C) 199.000,00 e 1.667.200,00.
- (D) 199.000,00 e 1.455.000,00.
- (E) 190.000,00 e 1.667.800,00.

Instruções: Utilize os dados das demonstrações contábeis e as informações complementares apresentadas, a seguir, para responder às questões de números 49 e 50.

Os Balanços Patrimoniais em 31/12/2011 e 31/12/2012 e a Demonstração do Resultado referente ao exercício de 2012 da empresa Importados Chineses Comercial S.A. são apresentados nos dois quadros a seguir, em reais:

Importados Chineses Comercial S.A.
Balanços Patrimoniais em 31/12/2011 e 31/12/2012

ATIVO	31/12/2011	31/12/2012	PASSIVO	31/12/2011	31/12/2012
Ativo circulante	528.000	1.164.000	Passivo circulante	624.000	1.049.120
Caixa e Equivalentes de Caixa	40.000	388.000	Fornecedores	264.000	261.600
Valores a Receber de Clientes	224.000	392.000	Dividendos a Pagar	-	11.520
(-) Perdas Estimadas com Clientes	-	(8.000)	Empréstimos	360.000	776.000
Estoques	264.000	392.000			
Ativo não circulante	576.000	672.000	Passivo não circulante	-	80.000
Investimentos			Prov. Riscos Trabalhistas	-	80.000
Participações Societárias	56.000	144.000			
Imobilizado			Patrimônio Líquido	480.000	706.880
Veículos	336.000	528.000	Capital Social	400.000	600.000
Terrenos	184.000	-	Reservas de Lucros	80.000	106.880
TOTAL DO ATIVO	1.104.000	1.836.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	1.104.000	1.836.000

Importados Chineses Comercial S.A.
Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2012 a 31/12/2012

Receitas Líquidas de Vendas	1.632.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(1.040.000)
(=) Resultado com Mercadorias	592.000
(-) Despesas Operacionais	
• Perdas Estimadas com Clientes	(8.000)
• Depreciação	(48.000)
• Despesa com Provisão para Riscos Trabalhistas	(80.000)
• Outras despesas operacionais	(401.600)
(+) Outras Receitas e Despesas	
Resultado de Equivalência Patrimonial	24.000
(-) Despesas Financeiras	(96.000)
Lucro na Venda de Terrenos	56.000
(=) Resultado Líquido	38.400

Informações complementares:

Sabe-se que no ano de 2012 a empresa não vendeu participações societárias e nem veículos, não liquidou qualquer empréstimo, não pagou as despesas financeiras do ano e a integralização do capital social foi em dinheiro.

49. O valor correspondente ao caixa consumido ou gerado pelas Atividades Operacionais no ano de 2012 foi, em reais,

- (A) 52.000 (negativo).
- (B) 116.000 (positivo).
- (C) 108.000 (negativo).
- (D) 108.000 (positivo).
- (E) 116.000 (negativo).



50. Os valores correspondentes ao caixa consumido ou gerado pelas Atividades de Investimentos e ao caixa consumido ou gerado pelas Atividades de Financiamentos no ano de 2012 foram, respectivamente, em reais,
- (A) 96.000,00 (negativo) e 32.000,00 (negativo).
 - (B) 64.000,00 (negativo) e 616.000,00 (negativo).
 - (C) 40.000,00 (negativo) e 520.000,00 (positivo).
 - (D) 64.000,00 (positivo) e 616.000,00 (positivo).
 - (E) 64.000,00 (negativo) e 520.000,00 (positivo).

Contabilidade Avançada

Instruções: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 51 a 53.

A Cia. Mineira adquiriu, em 31/12/2013, 90% das ações da Cia. Montanhosa por R\$ 12.600.000,00 à vista, passando a deter o controle da empresa adquirida. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido da Cia. Montanhosa era R\$ 10.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis desta Cia. era R\$ 12.000.000,00, sendo a diferença entre os valores decorrente da atualização do valor de um terreno que a Cia. Montanhosa havia adquirido em 2011. A participação dos acionistas não controladores na Cia. Montanhosa foi avaliada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da empresa.

No período de 01/01/2014 a 31/12/2014, a Cia. Montanhosa reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro Líquido: R\$ 1.000.000,00
- Distribuição de dividendos: R\$ 300.000,00
- Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 150.000,00 (credor)

51. Sabendo que não há resultados não realizados entre a controladora e a controlada, a variação positiva reconhecida, em 2014, na Demonstração do Resultado individual da Cia. Mineira referente ao Investimento na Cia. Montanhosa foi, em reais,
- (A) 270.000,00.
 - (B) 765.000,00.
 - (C) 900.000,00.
 - (D) 630.000,00.
 - (E) 700.000,00.

52. O valor que a Cia. Mineira reconheceu em seu Balanço Patrimonial individual como Investimentos em Controladas na data da aquisição da Cia. Montanhosa foi, em reais,
- (A) 12.000.000,00.
 - (B) 12.600.000,00.
 - (C) 9.000.000,00.
 - (D) 10.000.000,00.
 - (E) 10.800.000,00.

53. O valor reconhecido como *Ágio* pago por Expectativa de Rentabilidade Futura na aquisição de controladas, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31/12/2013, foi, em reais,
- (A) 600.000,00.
 - (B) 540.000,00.
 - (C) 3.600.000,00.
 - (D) 1.800.000,00.
 - (E) 2.600.000,00.

54. A Cia. Vende & Recompra adquiriu, em 30/04/2014, mercadorias para serem comercializadas. Em função de sua situação financeira, a Cia. fez essa aquisição a prazo, para pagamento em 30/06/2016. O valor a ser pago na data do vencimento é R\$ 380.000,00, mas se a Cia. tivesse adquirido estas mercadorias à vista teria pago R\$ 330.000,00. Em 20/05/2014, a Cia. Vende & Recompra vendeu 80% dessas mercadorias por R\$ 820.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/07/2016. Se o cliente tivesse adquirido as mercadorias à vista teria pago R\$ 730.000,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que o resultado bruto com vendas que a Cia. Vende & Recompra reconheceu, na data da venda, foi, em reais,
- (A) 516.000,00.
 - (B) 426.000,00.
 - (C) 556.000,00.
 - (D) 400.000,00.
 - (E) 466.000,00.



55. A Cia. Montes Claros adquiriu, em 31/12/2012, uma mina de minério de ferro por R\$ 700.000,00, à vista, e a estimativa inicial era de que seriam extraídas 100.000 toneladas do referido minério. Durante 2013 foram extraídas 10.000 toneladas. Em 01/01/2014, a Cia. determinou que a capacidade produtiva remanescente da mina era 60.000 toneladas. Durante 2014 foram extraídas 20.000 toneladas do minério.

Com base nestas informações, o valor contábil da mina de minério de ferro apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Montes Claros, em 31/12/2014, foi, em reais,

- (A) 210.000,00.
- (B) 280.000,00.
- (C) 420.000,00.
- (D) 630.000,00.
- (E) 400.000,00.

56. Em 30/06/2014, a Cia. Pro & Pina adquiriu 50.000 ações de sua própria emissão e incorreu nos seguintes gastos:

- Valor pago pelas ações = R\$ 375.000,00
- Custos de transação = R\$ 5.000,00

Em 15/12/2014, a empresa revendeu estas ações por R\$ 350.000,00 à vista, incorrendo em custos de transação no valor de R\$ 2.000,00.

Com base nestas informações, é correto afirmar que a Cia. Pro & Pina

- (A) apurou um prejuízo com a venda das Ações em Tesouraria de R\$ 25.000,00.
- (B) reduziu, em 15/12/2014, o seu Patrimônio Líquido em R\$ 350.000,00.
- (C) reconheceu, em 30/06/2014, como Ações em Tesouraria o valor de R\$ 375.000,00.
- (D) aumentou, em 30/06/2014, o seu Patrimônio Líquido em R\$ 380.000,00.
- (E) aumentou, em 15/12/2014, o seu Patrimônio Líquido em R\$ 348.000,00.

57. A Cia. Propagandas S.A. possuía, em 31/12/2014, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil era R\$ 500.000,00, o qual era composto por:

- Custo de aquisição: R\$ 700.000,00.
- Perda por desvalorização (reconhecida em 2013): R\$ 200.000,00.

Em 31/12/2014, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo (*impairment*) e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 540.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 470.000,00.

Sabendo que as evidências indicaram que a vida útil deste ativo continuava indefinida, a Cia. Propagandas S.A., em dezembro de 2014, deveria

- (A) reconhecer um ganho no valor de R\$ 40.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- (B) reconhecer um ganho no valor de R\$ 30.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- (C) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 30.000,00.
- (D) manter o valor contábil de R\$ 500.000,00.
- (E) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 160.000,00.

58. Em 31/12/2013, a Cia. Transportadora adquiriu um caminhão por meio de um contrato de arrendamento mercantil financeiro. O contrato será pago em 5 parcelas anuais, iguais e consecutivas de R\$ 80.000,00, vencendo a primeira parcela em 31/12/2014. Sabe-se que o valor presente das prestações, na data de início do contrato de arrendamento, era R\$ 288.000,00 e que, se a Cia. Transportadora tivesse adquirido o caminhão à vista, teria pagado R\$ 300.000,00 (valor justo). A vida útil do caminhão é 5 anos, o valor residual esperado no final deste prazo será zero e a empresa utiliza o método das cotas constantes para cálculo da depreciação.

Com base nestas informações, a Cia. Transportadora reconheceu

- (A) despesa no valor de R\$ 80.000,00 em 2014.
- (B) receita financeira no valor de R\$ 12.000,00 em 31/12/2013.
- (C) um ativo no valor de R\$ 300.000,00 em 31/12/2013.
- (D) um passivo no valor de R\$ 400.000,00 em 31/12/2013.
- (E) um ativo no valor de R\$ 288.000,00 em 31/12/2013.



59. Considere as seguintes assertivas em relação às Subvenções e Assistências Governamentais:

- I. Uma subvenção governamental gratuita deve ser reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido.
- II. Uma subvenção governamental não gratuita deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação.
- III. Caso a subvenção governamental recebida não possa ser distribuída como dividendos, após ser reconhecida no resultado, deve ser destinada para Reserva de Incentivos Fiscais.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

60. Em 31/12/2013, a Cia. Financiada realizou a emissão de debêntures para captação de recursos no valor de R\$ 10.000.000,00. As debêntures apresentaram as seguintes características:

- Prazo total: 5 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas iguais e anuais de R\$ 2.637.974,81

Para a emissão e colocação das debêntures no mercado, a Cia. incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 150.000,00.

No entanto, a expectativa do mercado futuro de juros era que ocorreria um aumento nas taxas de juros nos próximos anos e a Cia. obteve um valor inferior ao da emissão, vendendo os títulos por R\$ 9.500.000,00. A taxa de custo efetivo da emissão foi 12,6855% ao ano. O valor dos encargos financeiros apropriados no resultado de 2014 foi, em reais,

- (A) 1.355.122,50.
- (B) 1.186.094,25.
- (C) 2.637.974,81.
- (D) 1.150.000,00.
- (E) 1.268.550,00.

Contabilidade de Custos

61. Sobre os custos e despesas de uma empresa que produz dois tipos de tecido de algodão, é correto afirmar que

- (A) a depreciação do prédio onde funciona a fábrica é um custo fixo indireto de cada metro de tecido e deve compor o valor do estoque pelo método de custeio variável.
- (B) os gastos com propaganda específicos para um dos dois tipos de tecido são um custo fixo direto e devem compor o valor do estoque pelo método de custeio por absorção.
- (C) o valor referente às horas trabalhadas pela supervisão da produção, comum aos dois tipos de tecido e cujo salário é mensal, é um custo variável indireto de cada metro de tecido e deve compor o valor do estoque pelo método de custeio pleno.
- (D) o algodão consumido na produção é um custo variável direto de cada metro de tecido e deve compor o valor do estoque pelo método de custeio por absorção.
- (E) a comissão dos vendedores, calculada como percentual do preço bruto de vendas, deve compor o valor do estoque pelo método de custeio pleno.



Instruções: Para responder às questões 62 a 64, considere as informações, a seguir, da empresa Canastra Ltda. que são referentes ao mês de novembro de 2014:

Itens	Queijo Prato	Queijo Minas	Empresa
Quantidade produzida (em Kg)	10.000	15.000	
Quantidade vendida (em Kg)	9.000	13.000	
Preço de venda bruto (por Kg)	R\$ 20,00	R\$ 15,00	
Matéria Prima (por Kg produzido)	R\$ 9,00	R\$ 8,00	
Comissões sobre o preço bruto de vendas	10%	10%	
Tributos sobre vendas	12%	12%	
Custos Fixos Indiretos (por mês)			R\$ 50.000,00
Despesas Fixas Indiretas (por mês)			R\$ 27.500,00

No início do mês de novembro de 2014, não havia estoques iniciais de produtos acabados e em elaboração e, no final deste mês, não havia estoques de produtos em elaboração. Nos casos necessários a empresa utiliza como critério de rateio a quantidade produzida.

62. No mês de novembro de 2014, a margem de contribuição total do queijo prato e a margem de contribuição total do queijo minas foram, respectivamente, em reais,
- (A) 31.500,00 e 7.800,00.
 (B) 59.400,00 e 48.100,00.
 (C) 59.400,00 e 41.600,00.
 (D) 66.000,00 e 55.500,00.
 (E) 41.400,00 e 22.100,00.
-
63. Os valores dos estoques finais de queijo prato e de queijo minas em 30/11/2014, pelo método de custeio por absorção são, respectivamente, em reais,
- (A) 10.100,00 e 18.200,00.
 (B) 13.000,00 e 23.000,00.
 (C) 12.100,00 e 22.200,00.
 (D) 11.000,00 e 20.000,00.
 (E) 9.000,00 e 16.000,00.
-
64. No mês de novembro de 2014, o lucro bruto total do queijo prato e o lucro bruto total do queijo minas foram, respectivamente, em reais,
- (A) 66.000,00 e 48.000,00.
 (B) 56.970,00 e 38.090,00.
 (C) 41.400,00 e 22.100,00.
 (D) 81.000,00 e 65.000,00.
 (E) 59.400,00 e 41.600,00.
-
65. No mês de outubro de 2014, a Indústria Têxtil Gama Ltda. adquiriu 125 metros de um tecido pelo valor total de R\$ 2.750,00, sendo que neste valor estão incluídos R\$ 250,00 de IPI e R\$ 450,00 de ICMS. Do total de tecido adquirido, foram utilizados 120 metros para a produção de 100 unidades de um dos modelos de blusa feminina. Os retalhos gerados durante o processo de produção das blusas são considerados subprodutos pela empresa, cujo valor realizável líquido de R\$ 50,00 foi reduzido do custo de produção das blusas. Considerando que os tributos incidentes na compra são recuperáveis e que não havia estoques iniciais no mês de outubro, o custo do tecido por unidade de blusa produzida foi, em reais,
- (A) 25,90.
 (B) 20,00.
 (C) 19,18.
 (D) 19,20.
 (E) 16,40.



66. A empresa ABC produz um único produto e realizou uma análise da relação custo-volume-lucro referente ao mês de novembro de 2014, obtendo as seguintes informações:

Margem de Contribuição por unidade: R\$ 15,00
Ponto de Equilíbrio Contábil: 500 unidades
Ponto de Equilíbrio Econômico: 580 unidades
Margem de Segurança Operacional: 20%
Grau de Alavancagem Operacional: 5

Com base nessas informações, em novembro de 2014,

- (A) o lucro operacional apurado foi R\$ 1.200,00.
(B) um aumento de 5% no volume de vendas geraria um aumento de 5% no lucro operacional.
(C) a produção e venda foi de 600 unidades.
(D) o lucro operacional objetivado foi R\$ 8.700,00.
(E) a margem de contribuição total apurada foi R\$ 9.375,00.
-
67. Os coprodutos
- (A) têm os custos apurados com o uso de critérios de apropriação de custos conjuntos.
(B) não são objetos de custeio pelas empresas.
(C) possuem pouquíssima relevância dentro do faturamento global da empresa.
(D) não têm valor de venda ou condições de negociabilidade boas.
(E) são assim chamados por serem oriundos de duas matérias primas similares.
-
68. A Cia. Alfa produz três produtos e as seguintes informações sobre eles são conhecidas:

	A	B	C
Unidades produzidas e vendidas por mês	<u>900</u>	<u>1.400</u>	<u>800</u>
Preço líquido de venda unitário	R\$ 12,00	R\$ 22,50	R\$ 15,00
Custos variáveis unitários	R\$ 5,00	R\$ 7,00	R\$ 14,00
Despesas variáveis unitárias (frete sobre vendas)	R\$ 3,00	R\$ 2,00	R\$ 2,00
Custos fixos por unidade	R\$ 3,50	R\$ 4,00	R\$ 2,00
Despesas fixas por unidade	R\$ 1,00	R\$ 2,50	R\$ 0,50

Considerando que a Cia. Alfa NÃO consegue alterar a sua estrutura de custos e despesas fixos, é correto afirmar que se a empresa

- (A) eliminar o produto C terá seu lucro operacional mensal aumentado em R\$ 800,00.
(B) manter somente os produtos A e B terá um lucro operacional mensal de R\$ 9.100,00.
(C) eliminar os produtos A e C terá seu lucro operacional mensal aumentado em R\$ 3.250,00.
(D) manter somente o produto B terá um lucro operacional mensal de R\$ 9.800,00.
(E) eliminar o produto A terá seu lucro operacional mensal reduzido em R\$ 3.150,00.
-
69. A empresa Beta produz e vende um único produto. No mês de dezembro, Beta produziu e vendeu 1.000 unidades, tendo incorrido em custos e despesas totais no valor de R\$ 95.000,00. O preço unitário líquido de venda foi R\$ 100,00 e a margem de contribuição unitária correspondia a 20% deste valor. O Ponto de Equilíbrio Contábil do mês de dezembro, em quantidade, foi
- (A) 4.000 unidades.
(B) 188 unidades.
(C) 750 unidades.
(D) 4.750 unidades.
(E) 950 unidades.



70. Considere as seguintes afirmações sobre o Activity Based Costing (ABC):
- I. O ABC gera informações gerenciais úteis para aperfeiçoar processos.
 - II. O custo relativo ao material de embalagem que compõe o produto final de uma empresa, de acordo com o ABC, deve ser atribuído ao produto por meio de rateio.
 - III. Direcionador de custos de atividades é o fator que explica o consumo de recursos pelas atividades.
 - IV. *Overhead* é uma ação que utiliza recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros para se produzir bens e serviços.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) I.
 - (D) II e IV.
 - (E) II.

Auditoria

71. A contabilidade criativa efetuada com o propósito de maquiar as demonstrações contábeis, seja para aumentar ou diminuir valores relacionados com os índices econômico-financeiros, com o valor da empresa, com a distribuição de lucros e pagamento de tributos sobre a renda, constitui, conforme norma vigente,
- (A) reclassificação financeira.
 - (B) inteligência Competitiva.
 - (C) erro involuntário.
 - (D) erro tolerável.
 - (E) fraude contábil.

72. Segundo o Decreto Estadual do Piauí nº 11.392/04, o conjunto concatenado de medidas que concorre para a administração econômica eficiente e eficaz, gerando informações gerenciais confiáveis, tempestivas e relevantes, assegurando a fiel observância das políticas administrativas, com o fim de salvaguardar o patrimônio público e atender os objetivos institucionais, inclusive, consistindo de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, conceitua, para a CGE,
- (A) a Gestão de risco.
 - (B) a Auditoria Especial.
 - (C) a Fiscalização.
 - (D) o Controle Interno.
 - (E) a Contabilidade Pública.

73. Relativamente à comunicação dos trabalhos de auditoria interna, independente e/ou perícia contábil, quando se verificar a não observância da aplicação dos princípios de legalidade, legitimidade e economicidade, constatando-se a existência de desfalque ou alcance, que resulte prejuízo quantificável para a fazenda e/ou comprometa, substancialmente, as demonstrações financeiras e respectiva gestão dos agentes responsáveis, no período examinado, a opinião do órgão ou Unidade de Controle Interno designado para o exame deve ser expressa por meio de
- (A) Certificado de Irregularidade.
 - (B) Certificado de Regularidade com Ressalvas.
 - (C) Laudo Pericial Contábil.
 - (D) Parecer Pericial Contábil em Separado.
 - (E) Relatório com Ressalvas, ou parágrafo de ênfase.

74. Os procedimentos de auditoria que incluem testes para certificar-se da existência patrimonial, de direitos e obrigações em determinada data, ocorrência das transações, da abrangência dos registros, da mensuração, apresentação e divulgação em conformidade com as normas pertinentes, são testes de
- (A) avaliação de riscos.
 - (B) revisão analítica.
 - (C) controle.
 - (D) observância.
 - (E) detalhes.

75. Considere:
- I. A elaboração de relatórios e emissão de relatórios e certificados.
 - II. Elaboração dos papéis de trabalho e aplicação de testes.
 - III. Avaliação dos riscos de auditoria do Sistema de Controle Interno; Planejamento e elaboração dos programas de trabalho.
 - IV. Monitoramento ou *follow-up*.
- Os itens acima constituem etapas do trabalho, recomendadas pelas normas de execução dos trabalhos de auditoria para se obter evidências robustas, e devem obedecer a sequência lógica seguinte:
- (A) II, IV, III e I.
 - (B) I, III, IV e II.
 - (C) III, II, I e IV.
 - (D) IV, III, II e I.
 - (E) III, IV, I e II.



76. O auditor, quando, não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para suportar sua opinião, concluindo que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizadas, deverá expressar sua opinião por meio de
- (A) Relatório com Abstenção de opinião.
 - (B) Certificado de Regularidade com Ressalva.
 - (C) Parecer Adverso.
 - (D) Parecer Limpo com parágrafo de ênfase.
 - (E) Certificado de Regularidade.

77. Sobre risco de auditoria, considere:

- I. Segundo o modelo AICPA, Risco de Auditoria = risco inerente x risco de controle x risco de detecção.
- II. Sempre haverá a presença de homocedasticidade e autocorrelação de resíduos nos itens da amostra planejada para aplicação de testes de detalhe.
- III. O auditor deve determinar e valorizar os riscos inerentes e de controle, e planejar procedimentos de auditoria para o risco de detecção de tal forma que o risco geral de auditoria não supere o nível aceitável.
- IV. Alta rotação de executivos, má reputação da gerência, problemas contábeis de alta complexidade, transações problemáticas com empresas correlacionadas e erros de consideração detectados na auditoria do ano anterior, entre outros fatores, afetam significativamente a estimativa de risco inerente na avaliação de risco pelo auditor.
- V. A existência de determinados erros materiais, que não são detectados ou previstos tempestivamente pelos sistemas de controle interno corresponde ao risco assistemático.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III, IV e V.
- (B) II e V.
- (C) I e II.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

78. Entre os principais métodos de seleção de amostras citados nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria, aquela em que o tamanho, a seleção e a avaliação da amostra resultam em uma conclusão em quantias de dinheiro é a amostragem

- (A) ao acaso.
- (B) estatística.
- (C) em bloco.
- (D) aleatória.
- (E) de unidades monetárias.

79. Suponha que a Organização XYZ S.A. teve a data das demonstrações contábeis em 31/12/2013, a data da aprovação dessas demonstrações em 25/01/2014, a data de relatório do auditor em 25/02/2014 e a data programada para a divulgação das demonstrações em 25/03/2014 e que, no segundo período de eventos subsequentes, uma ocorrência que se tivesse chegado a conhecimento dos auditores após a data do relatório poderia levar o auditor a modificar seu parecer e que, diante da relevância do evento, os membros da governança decidissem alterar as Demonstrações Contábeis. Neste caso,

- (A) não se espera que o auditor execute procedimentos adicionais de auditoria para assuntos para os quais os procedimentos de auditoria anteriormente aplicados tenham fornecido conclusões insatisfatórias.
- (B) o auditor pode limitar os procedimentos de auditoria aos eventos subsequentes do primeiro período, caso a legislação não proíba a administração de restringir a alteração das demonstrações contábeis aos efeitos do evento ou eventos subsequentes que causaram essa alteração e que os responsáveis pela aprovação das demonstrações contábeis não estejam proibidos de restringir a aprovação a essa alteração.
- (C) o auditor deve aplicar os procedimentos de auditoria necessários nas circunstâncias da alteração, estender os procedimentos até a data do novo relatório e fornecer novo relatório sobre as demonstrações contábeis alteradas.
- (D) o auditor deve solicitar à administração ou membros da governança, uma representação formal de que todos os eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis que requerem ajuste ou divulgação sejam ajustados e divulgados, intempestivamente.
- (E) o auditor independente não tem obrigação de executar nenhum procedimento de auditoria em relação às demonstrações contábeis após a data do seu relatório.

80. O auditor deve solicitar à administração e/ou membros da governança as representações formais em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade sobre determinados assuntos, dentre os quais NÃO se inclui:

- (A) Forneceu-se aos auditores acesso a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, tais como registros, documentação e outros.
- (B) Forneceu-se aos auditores acesso restrito a pessoas dentro da entidade das quais o auditor determinou necessário para obter evidência de auditoria.
- (C) Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis e para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem ajuste ou divulgação foram ajustados ou divulgados.
- (D) Os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis, inclusive aquelas avaliadas pelo valor justo, são razoáveis.
- (E) Os efeitos das distorções não corrigidas são irrelevantes, individual e agregadamente para as demonstrações contábeis como um todo.